



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

JASON COSTA LUZ

Análise de Comércio Internacional: A relação sino-brasileira de commodities agrícolas

BRASÍLIA
2020

JASON COSTA LUZ

Análise de Comércio Internacional: A relação sino-brasileira de commodities agrícolas

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Lucas Soares Portela

BRASÍLIA
2020

JASON COSTA LUZ

Análise de comércio internacional: A relação sino-brasileira de commodities agrícolas

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Lucas Soares Portela

BRASÍLIA, ___ DE _____ DE 2020

BANCA AVALIADORA

Professor Orientador Lucas Soares Portela

Professora Avaliadora Patrícia Prego Alves

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais, Hildete e Antônio, por serem os principais financiadores dos meus sonhos, pelo apoio incondicional ao longo de toda minha vida e por me ensinarem que não existe tempestade que dure para sempre.

Ao meu orientador, Lucas Portela, pela indubitável paciência ao longo do processo de dissertação.

Aos meus melhores amigos, Matheus Natan, Gabriel de Andrade, Matheus Jordão, Jonathan Jordão, Leonardo Araújo, Matheus Tavares e demais integrantes do LJ, por me incentivarem a ser sempre o melhor e me ensinarem que a melhor parte de cair é poder se reerguer novamente.

Por fim, à PATRI, por ter me ajudado a me encontrar.

Análise de Comércio Internacional
A relação sino-brasileira de commodities agrícolas

Jason Costa Luz

Resumo: Importar commodities agrícolas é uma estratégia do governo chinês para complementar a segurança alimentar de seu país. Para além dessa necessidade, o Brasil tem se mostrado um excelente parceiro comercial para a China, tendo em vista que além de suprir demandas agrícolas da China, qualifica sua cadeia produtiva dentro do cenário internacional. O texto aborda as reformas pelas quais a China passou no século XX, e que a trouxeram a uma relação bilateral com o Brasil. Sobre essa parceria, o trabalho visa refletir a relação sino-brasileira a partir da teoria liberal de interdependência complexa e seus ganhos assimétricos.

Palavras-chave: Comércio internacional; commodities agrícolas; agronegócio; interdependência complexa; segurança alimentar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 Conseqüências do êxodo rural na industrialização chinesa.....	6
1.1 - Processo de industrialização durante as décadas	6
1.2 - Crescente urbanização chinesa e mudança na dieta populacional	9
1.3 - Dificuldades do setor agrícola em responder a demanda alimentícia	12
2 Comércio exterior como uma ferramenta de solução à crise de produção chinesa	14
2.1 - Estratégias de combate a crise de produção chinesa, à luz da teoria liberal.....	15
2.2 - Evolução histórica das importações chinesas e a estratégia de diversificação de parceiros.....	17
2.3 - Comércio exterior como uma ferramenta intencional ou natural nas crises de produção	19
3 - Interdependência sino brasileira e a busca desenvolvimentista do setor agrícola.....	23
3.1 - A parceria sino-brasileira na teoria liberal.....	24
3.2 - A contribuição brasileira na fomentação alimentar da China.....	27
CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

INTRODUÇÃO

O cenário internacional é marcado por diversas relações comerciais entre países, tendo por destaque a diversificação de parcerias e modelos de comercialização. Com o passar das décadas, esse tem avançado cada vez mais para a evolução dos agentes que o compõem, através do livre comércio e relações mútuas de interdependência. É dentro desta conjuntura internacional que analisaremos a relação bilateral entre Brasil e China, preponderantemente sobre sua parceria comercial de commodities agrícolas.

A relação sino-brasileira iniciou-se em meados da década de 70, dentro de um quadro internacional pós-guerra, em paralelo com o surgimento das organizações internacionais e agentes reguladores do comércio internacional. Sobretudo, apenas na década de 90 que os laços entre estes dois países foram se estreitar, elencado pelas grandes mudanças estruturais e industriais as quais a China estava passando. As aceleradas mudanças as quais o país passou deixaram consequências naturais em sua terra, impossibilitando a produção ideal de agrícolas pela China.

Além disso, a grande população Chinesa passou por uma transição em sua dieta alimentar, exigindo ainda mais sobre a produção desse setor pelo país. Dessa forma, a China buscou, dentro do cenário internacional, um país que pudesse complementar a sua produção alimentar.

Desde então, o Brasil tem complementado as necessidades alimentares chinesas. Mas para além disso, essa relação pode ser explicada a partir da teoria liberal de Robert Keohane e Joseph Nye, utilizando a teoria de interdependência complexa, que trata de uma relação bilateral com ganhos assimétricos, mas que acaba por favorecer ambos os lados.

Dessa forma, observaremos as mudanças as quais a China passou que acabaram por resultar na relação sino-brasileira. Além disso, relacionaremos a conjuntura comercial a partir da visão da interdependência complexa e como os ganhos assimétricos têm favorecidos os dois países.

A elaboração do trabalho utilizou a metodologia quantitativa no que tange sua natureza, buscando gerar conhecimentos e debates acerca da relação sino-brasileira do agronegócio. Quanto à forma de abordagem, deu-se a partir da pesquisa qualitativa, descrevendo as características do agronegócio chinês, bem como as consequências desta relação comercial com o Brasil. Trata-se de uma pesquisa descritiva, tendo em vista que analisa a relação interdependente entre Brasil e China, identificando as consequências dessa parceria sobre o agronegócio. Por fim, os procedimentos técnicos utilizados para a pesquisa são

bibliográficos, tendo em vista que a base matéria de análise será principalmente constituída de livros, artigos científicos, *think thanks* e matérias especializadas na área.

1 Consequências do êxodo rural na industrialização chinesa

Após a morte de Mao Tse Tung em 1976, Deng Xiao Ping assumiu o comando da República Democrática da China sob um contexto de problemas sociais norteados pela falta de infraestrutura do país, o analfabetismo e a deficiência tecnológica em que se encontrava. Ele foi o responsável por ter iniciado, em 1978, as reformas que desencadearam o desempenho econômico da China.

O início das reformas deu-se a partir do setor rural, o qual predominava a agricultura, passando por uma liberalização em seu sistema de formação de preços, que antes eram fixados pelo Estado. Com a liberalização, os camponeses eram agora obrigados a vender apenas uma parte de sua produção para o governo e o restante poderia ser vendido livremente no mercado. Além disso, essa reforma dentro do setor rural trouxe um reflexo sobre a renda e emprego dos trabalhadores do campo, trazendo uma elevação da produtividade dentro deste setor (NONNENBERG, 2010 p 3-5). Essa mudança no setor rural foi o principal modelo de incentivo para aumentar a produção rural e incentivar o camponês a ampliar sua área de cultivo. Dessa forma, com o aumento da produção agrícola e, conseqüentemente, o aumento da renda do camponês – que antes vivia sob uma posição de subsistência, e por isso não integrava ao mercado consumidor – permitiu que a China agora se posicione dentro do cenário econômico mundial, demandando produtos de origem industrial (MILARÉ; DIEGUES, 2015 p. 12).

1.1 - Processo de industrialização durante as décadas

Seguindo o quadro de reformas da China, Deng Xiao Ping trouxe também uma abertura do comércio exterior chinês, que assim como o setor rural, era totalmente controlado pelo Estado durante o governo de Mao Tse Tung. As exportações e importações, que antes eram realizadas pelas empresas públicas, passaram por um gradual crescimento. O controle estatal das importações foi substituído pelas elevadas taxas tarifárias aduaneiras, que posteriormente foram reduzidas, e por consequência foram incorporadas às importações barreiras não tarifárias tradicionais, que também foram reduzidas com o passar do tempo (NONNENBERG, 2010 p. 3-5).

Dentro dessas iniciativas, vale citar a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que teve início primeiramente no litoral sul da China. A abordagem adotada para sua criação, foi fortemente influenciada pela concessão de incentivos que proporcionassem o crescimento

dessas zonas. As ZEEs obtiveram resultados economicamente positivos e propiciaram, em 1984, a criação de novas outras zonas ao longo do litoral chinês.

Dessa forma, as empresas estrangeiras que migravam para as ZEEs chinesas recebiam incentivos, como liberdade cambial e isenções fiscais. A liberdade cambial foi um forte instrumento para o estímulo industrial dentro das zonas, sendo materializado pela desvalorização da moeda chinesa, o *yuan*, e na definição do mercado dual de câmbio:

[...] estabelecimento de um mercado dual de câmbio: o oficial (administrado) e o “mercado de swaps”, com acesso restrito às empresas localizadas nas ZEEs e tradings Estatais. No mercado de swaps o câmbio era ainda mais desvalorizado, incentivando a produção voltada para as exportações. (MILARÉ & DIEGUES, 2015, p. 17).

A estratégia chinesa era manter a desvalorização de seu câmbio durante o período em que ampliava seu parque industrial. Entre os anos de 1980 a 1987, a China chegou a desvalorizar o *yuan* em até 151%, seguido posteriormente por um novo processo de desvalorização entre 1987 a 1994, atingindo a marca de 55%, e mantendo-se em desvalorização por mais uma década. Além da desvalorização cambial, a desvalorização fiscal tem um importante espaço dentro deste cenário de industrialização chinesa. As cargas tributárias sofreram uma drástica redução para incentivar o Investimento Direto Externo (IDE) nas ZEEs, sobre a legislação do imposto de renda, previa-se uma taxa base de 33%, mas para as empresas que se instalassem nas zonas, era apenas de 15%.

Ademais, as empresas que eram voltadas para exportação, recebiam isenção fiscal de dois anos, redução pela metade da tarifa por mais três anos, podendo manter a redução desde que suas exportações representassem mais de 70% das vendas totais. Além disso, aquelas que reinvestissem seus lucros por mais cinco anos no país, recebiam restituição de 40% dos impostos pagos, e se o lucro fosse direcionado para o investimento de projetos tecnológicos, poderiam receber a restituição total dos impostos pagos (MILARÉ & DIEGUES, 2015 p. 17-18). Dessa forma, Milaré e Diegues (2015, p. 18) concluem o raciocínio:

Estas duas políticas – câmbio desvalorizado e incentivo fiscal – geraram uma excelente oportunidade de desenvolvimento industrial nas regiões definidas como ZEEs. De um lado, as políticas proporcionavam competitividade ao produto chinês, incentivando assim a instalação de indústrias chinesas exportadoras; de outro, atraíam a atenção das empresas multinacionais, que poderiam transferir parte de sua produção para a China, aproveitando o diferencial de câmbio e a reduzida carga tributária. (MILARÉ & DIEGUES, 2015, p. 18).

Nos anos 80, somado a esses incentivos, houve uma potencialização da atração de multinacionais, elencada pela mudança dos modelos industriais com o surgimento da empresa em rede – empresas modernas – no mundo. A China foi um dos principais receptores dos paradigmas dessas redes, porque além dos incentivos dados pelo país, este possuía uma localização geográfica estratégica que se tornou um diferencial (MILARÉ & DIEGUES, 2015, p. 18-19). As ZEEs chinesas localizavam-se próximo a Hong Kong, que transferiu sua produção industrial para as zonas, inclusive aqueles de escala tecnológica. Com essa migração, transferiram-se também a capacidade gerencial e organizacional para a China, além de contatos comerciais com o resto do mundo (NONNENBERG, 2008, p. 7-8).

Ao final da década de 80, as zonas de investimento estrangeiro cresceram rapidamente, chegando a atingir todo o litoral do país, e posteriormente, migrando para seu interior. No entanto, o processo de industrialização contou com grande participação do Estado, acelerando um processo de *catch-up*¹, absorvendo a tecnologia das empresas que se instalavam nas ZEEs e estimulando a cadeia de produção. Não obstante, a China trilhou um rumo diferenciado de industrialização, caminhando com ampla autonomia do Estado, assegurando o cumprimento de leis, principalmente de propriedade privada e propriedade intelectual (MILARÉ; DIEGUES, 2015 apud ZONENSCHAIN, 2005, p. 85).

Dentro desse cenário de industrialização da China é importante salientar a prática de *engenharia reversa*² nos mais diversos setores. A atividade traça um papel super importante dentro do processo de desenvolvimento industrial do país, sobretudo para o ganho de seu espaço dentro do comércio internacional. Devido à baixa segurança de propriedade intelectual, os mais diversos grupos nacionais chineses conseguem copiar os produtos estrangeiros e comerciá-los dentro do comércio internacional a preço mais baixo, acima de tudo devido ao apoio da política de incentivo de exportação.

Além disso, as empresas que se instalaram no país, ao transferirem suas tecnologias, possibilitam que os chineses criem grupos nacionais capacitados para serem *players* destacados dentro do mercado internacional, não apenas pelo preço baixo dos produtos, mas por transferirem qualidade aos novos consumidores. Ademais, com o crescimento dos grupos chineses, eles tornam-se importantes dentro do cenário internacional, inclusive, por

¹ Processo de transição evolutivo no qual o Estado busca avançar de um estágio de subdesenvolvimento para uma fase de desenvolvimento econômico, entendido como um processo de acumulação de capital e aumento de produtividade que permite um crescimento per capita e melhoria no bem-estar da população desse país.

² Processo de descobrimento tecnológico por meio da desconstrução de um dispositivo, objeto ou sistema e análise de sua estrutura, função e operação. De forma geral, desmontar um objeto tecnológico para descobrir como ele funciona.

conquistarem o poder de adquirir outras empresas que já possuem renome internacional (MILARÉ & DIEGUES, 2015 p. 20).

As estratégias adotadas pela China frente a sua industrialização e comercialização no cenário internacional foram objetivadas pela sua inserção dentro do comércio internacional, uma vez que sem sua evolução industrial, não sobreviveria dentro do mercado. Com a sua entrada de fato dentro do comércio internacional, devido sua série de reformas, em 2001, a China oficialmente tornou-se um país que compunha a Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, como um membro oficial da OMC, a China teria a possibilidade de acessar novos mercados de outros países, principalmente pelo seu setor industrial de manufaturados, o qual é o seu principal insumo de exportação (MILARÉ; DIEGUES, 2015 p. 20-22).

Dessa forma, vale destacar a importância dessa fase de reformas e abertura que a China se permitiu dentro do cenário global. Sua liberalização foi o principal fator de crescimento deste país, o qual se encontrava atrasado devido tamanha restrição, comparado aos demais países. No decorrer do capítulo, vamos apreciar que apesar desse crescimento durante o final do século XX, a China seguiu ainda por grandes desafios para adequar-se dentro de um cenário que constantemente muda e se flexibiliza sobre novos temas. Principalmente, pela migração populacional do campo para o cenário industrial urbanístico, que apresentava novas oportunidades a população rural chinesa.

1.2 - Crescente urbanização chinesa e mudança na dieta populacional

A partir do processo de industrialização acelerado pelo qual a China estava passando, o campo já não era o ponto focal da economia chinesa, campo esse que foi alvo da primeira grande reforma pela qual o país passou. A evolução desse setor proporcionou que muitos cidadãos rurais ascendessem socialmente, passando para uma classe burguesa agrária. No entanto, com o progresso da industrialização, o campo passou a ser abandonado por aqueles que buscavam por novas oportunidades nos centros urbanos, atraídos pelas novas oportunidades que as cidades chinesas poderiam vir a oferecer. Ficaram no campo apenas idosos que sempre vivem da agricultura e poucos familiares (ALVES & TOYOSHIMA, 2017 p. 3).

O crescente contingente de pessoas que migraram do campo para as cidades, no entanto, acabou por resultar numa disparidade de renda muito grande entre a população rural e urbana. Essa diferença está diretamente associada pelo sistema de residência *hukou*³ adotado em 1958,

³ É um sistema de registro domiciliar local que dá acesso à saúde e educação pública para a população em regiões específicas do estado. Essa particularidade impede que o cidadão chinês migre para outras localidades do país.

no regime de Mao Zedong. Esse sistema nada mais fez do que impediu que a população chinesa migrasse para outras localidades do país, tornando muito mais difícil a saída de quem nasceu e foi criado em determinada região.

Obviamente quem vivia nos centros urbanos era privilegiado, tinham acesso aos benefícios de seguridade social, educação, saúde pública etc. Não obstante, a população urbana deleitava-se sobre as políticas de industrialização, pois sua região passava por um processo de crescimento e desenvolvimento, o que desfavorecia a população que vivia no campo. Portanto, mesmo que ilegalmente os camponeses ainda seguiam para as cidades:

Os camponeses migrantes iam para as cidades de forma ilegal e se submetiam a longas jornadas de trabalhos com baixos salários. Ao tentar fugir da pobreza rural, trocavam o campo, com pouca porção de terras aráveis, por péssimas ou até mesmo subumanas condições de trabalho nas cidades. Apesar disso, ainda há grande volume de migrantes rumo às grandes cidades, visto que a renda dos trabalhadores urbanos é significativa quando comparada à renda dos camponeses. (ALVES & TOYOSHIMA, 2017, p. 3).

Ocorrida a distribuição da população urbana e rural, a China passou por uma reestruturação produtiva, através da mudança da produção agrícola para a produção industrial, resultando numa disparidade da posição econômica dessas duas classes. Por consequência, agora, o setor agrícola passava por um processo de progressão mínima e aumento da participação de outros setores – indústria e serviços – que não sofrem alterações cíclicas por não serem afetados por fatores externos como tempo e clima. (ALVES & TOYOSHIMA, 2017 p. 5).

Em paralelo, a China tem o desafio de suprir a necessidade alimentícia da sua população em compatibilidade com o uso de recursos naturais, até o momento escassos, em uma perspectiva de sustentabilidade. Com o setor agrícola em regressão, o país tem a dificuldade de alimentar a sua população sem recorrer a importação. O dinamismo da economia chinesa trouxe consigo um *superávit* na balança comercial, transformando o país no principal destino de investimentos exteriores e por consequência, possibilitando a formação de reservas internacionais.

Essa posição dentro cenário internacional é muito estratégica para a China, porque a permite manter investimentos em outros países e sustentar importações estratégicas alimentares produzidos em todo o mundo. Assim, destaca-se que o apetite da população chinesa é fortalecido por seu crescimento econômico:

Dessa forma, o apetite chinês assenta-se na população e no vigoroso crescimento econômico [...] que sustentou o crescimento de 28,2% no consumo das principais commodities agrícolas entre 2002 e 2012 (World Bank, 2014). É importante destacar que, com exceção do algodão e da soja, a China é praticamente autossuficiente na produção agrícola; entretanto, foram inegáveis os impactos positivos para o mundo agrícola, notadamente para o Brasil. A questão é se o apetite chinês será mantido no futuro. (VIEIRA, BUAINAIN & FIGUEIREDO, 2019, p. 5).

Apesar disso, a China possui um potencial desafio que é deslocar seu motor econômico para o mercado interno, o que por consequência afetará os padrões alimentícios da população. Não obstante, o processo de urbanização chinesa acalentou no consumo alimentar padrão, com a ingestão de carnes, frutas, processados, convenientes e derivados da carne. Dessa forma, destaca-se que o desenvolvimento chinês, e em seu respectivo setor de comércio internacional, impactou o setor alimentício promovendo, segundo Vieira, Buainain e Figueiredo (2019, p. 5):

Crescente preocupação com a qualidade e a segurança dos alimentos leva à substituição de alimentos produzidos internamente por alimentos importados e/ou a industrialização da produção agrícola; ii) as alterações nas cadeias de fornecimento possibilitam ampliar geograficamente a disponibilização de alimentos, particularmente os perecíveis, promovendo o consumo. (VIEIRA, BUAINAIN & FIGUEIREDO, 2019, p. 5).

Além disso, a mudança de local decorrido da urbanização implicou no modo como acontece o consumo dos alimentos processados e convenientes, bem como, o envelhecimento da população altera a demanda por alimentos em termos quantitativos, qualitativos e variáveis. (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2019 p. 7-8). É visto que não somente a renda, mas outros fatores também influenciarão no padrão de consumo, como, características dos consumidores, dos alimentos, do contexto e particularidades socioeconômicas de outros países.

O consumo alimentar da China de processados e convenientes vem crescendo e já se aproximam das preferências alimentares dos padrões de países desenvolvidos. Ou seja, o consumo de leite, carne e ovos vem crescendo drasticamente, enquanto o consumo de cereais passa por um processo de decréscimo tanto nas áreas rurais quanto urbanas (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2019). É notório que o crescimento populacional da China chegará à estabilização em 2020, logo o envelhecimento da população continuará. Obviamente, uma mudança dos hábitos alimentares chegará, com uma maior demanda por alimentos mais densos e energéticos, e isso impactará diretamente sobre a produção do país, que se manterá aquecida. Dessa forma, o setor alimentício deverá manter a população alimentada e em paralelo, seguindo seus modelos de produção.

1.3 - Dificuldades do setor agrícola em responder a demanda alimentícia

O setor agrícola chinês passa por dificuldades de produção que acabam se tornando cruciais para a fomentação desse setor. Os principais pontos focais de restrição da produção agrícola são escassez de água, terra e pulverização da produção em pequenos produtores. Ou seja, apesar do governo chinês estimular o crescimento do setor agrícola, este fica limitado devido esses fatores. A China tem autossuficiência em produção de arroz e trigo, no entanto, estudos apontam que ela necessitará aumentar suas importações para garantir o abastecimento doméstico. Além disso, as matérias primas para ração animal, milho e indústria de suprimentos já enfrenta certa dificuldade de produção, portanto, essa cadeia deverá ser suprida também por importações.

Devido ao crescimento da produção de proteínas animais e por essa apresentar uma tendência de contínuo crescimento, as produções de milho e soja não conseguem acompanhar esse aumento produtivo. Apesar da China investir pesado em ganhos de produtividade, com uso intenso de fertilizantes e mecanização agrícola, o setor produtivo de cereais e algodão não tem correspondido positivamente com o aumento de tecnologias, tendo que buscar externamente essas matérias primas (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2019 p. 14).

Além de problemas internos com as demandas produtivas, a China precisa lidar também com tribulações sobre a distribuição de água na produção agrícola. A água proveniente de chuvas é insuficiente para responder à demanda das regiões Norte e Noroeste, e por isso, recorre ao sistema de irrigação, o que resulta na competição com o consumo urbano. No Sul, as safras acabam por serem perdidas devido problemas com as enchentes. Segundo Lohmar e Wang apud Vieira, Buainain e Figueiredo (2019, p. 15):

O problema central da baixa disponibilidade per capita de água é que o setor agrícola, maior consumidor da água, com cerca de 60% do total em 2010, sofre competição crescente dos setores industriais e dos consumidores urbanos. A crescente competição não só elevará o custo de oportunidade da água, como também afetará diretamente a produção irrigada, que ocupa cerca de 60 milhões de hectares do país (LOHMAR E WANG apud VIEIRA, BUAINAIN & FIGUEIREDO, 2019, p. 15).

Além disso, o que também restringe a expansão da produção do setor agrícola chinês é sua estrutura produtiva. Segundo Vieira, Buainain e Figueiredo (2019, p. 65) Cerca de 30% das propriedades rurais, de um total de 250 milhões, têm área de até 0,2 hectare, e dos 70% restantes, cerca de 60% têm propriedades de até 1 hectare. No entanto, o setor vem passando por uma reestruturação. A geografia do setor agrícola e escala de produção estão se tornando

mais intensos em produção e no abastecimento interno, enquanto para produtos, como soja e algodão, a China escolheu por optar pelo abastecimento externo (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2019, p. 65).

A China busca fortalecer sua segurança alimentar e suprir o abastecimento interno. Dessa forma, elevar sua autossuficiência em produção de grãos, arroz, trigo, proteínas animais, frutas, além de controlar a dependência dos produtos importados como soja e milho. Esses vêm tornando-se um objetivo claro para o país. Tal objetivo sempre foi o cerne do governo chinês, sendo um determinante da política interna na busca de desenvolvimento do setor agrícola.

De grosso modo, devido ao tamanho de seu mercado e a preocupação com a sua segurança alimentar, estrangeiros e chineses residentes no exterior buscam a China para novos investimentos. Segundo estudos e pesquisas, algumas empresas chinesas vêm investindo na produção agrícola em países africanos, buscando suprir a necessidade alimentar no futuro. Além disso, algumas indústrias chinesas estão se posicionando no cenário internacional junto a países estratégicos como Brasil e Austrália, de forma a tornar o suprimento de matérias-primas agrícolas mais diversificado (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2019, p. 66).

Tendo em vista as dificuldades do setor agrícola, frente a produção interna e dificuldades laterais com a escassez de água, é fato que a China busca complementar seu setor alimentícios através do comércio exterior – junto à parceiros comerciais que são fortes em agricultura.

2 Comércio exterior como uma ferramenta de solução à crise de produção chinesa

A busca da China em suprir as necessidades de seu mercado interno através da importação de insumos está diretamente ligada às teorias liberais das Relações Internacionais, mais precisamente, a teoria da Interdependência Complexa de Robert H. Keohane e Joseph Nye. Primeiramente, essa teoria incide sobre os efeitos da globalização no cenário internacional, ou seja, pela integração econômica, social, cultural e política dos agentes internacionais, sejam elas nações ou instituições. Segundo os autores Keohane e Nye (2001), a globalização caracteriza-se como um aumento da velocidade institucional nos adensamentos das redes de interdependência complexa, as quais vem sendo consolidadas, pelo menos, desde o período das grandes navegações e seriam responsáveis pelas alterações na ordem internacional.

Interdependência é caracterizada por situações recíprocas entre dois agentes internacionais, ou seja, significa a dependência mútua desses dois agentes. Dando seguimento ao seu processo de expansão, a China percebeu que em determinado momento, já não conseguiria suprir às necessidades de seu mercado interno, tão pouco continuar seu processo evolutivo. Dessa forma, seria inviável não apelar para a cooperação internacional. Por isso, a China não deixou de se reinventar, ainda nos anos 80 já estava praticando interdependência com as multinacionais que se instalavam em suas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), dando incentivos fiscais e absorvendo de sua tecnologia. Dessa forma, conclui-se com o pensamento de Oliveira & Luvizotto:

Como podemos perceber, provavelmente, por um lado, o principal efeito da interdependência possibilitar o desencadeamento de um processo de cooperação internacional, fundado na noção de soberania compartilhada, por meio do qual podem-se resolver problemas com caráter de transnacionalidade. (OLIVEIRA & LUVIZOTTO, 2011, p. 9)

Entretanto, a interdependência é um processo assimétrico. Isso se dá pelo fato de que um dos lados consegue administrar melhor seus recursos de poder, o que proporciona maior possibilidade de ganhos relativos, mesmo que sejam pequenas as diferenças. Essa assimetria é percebida a partir do grau de sensibilidade e vulnerabilidade do Estado, o qual é construído através da utilização dos recursos de poder, explicado como um recurso para controlar resultados garantidos por quem tiver menores custos, a partir de assimetrias geradas no processo (OLIVEIRA & LUVIZOTTO, 2011).

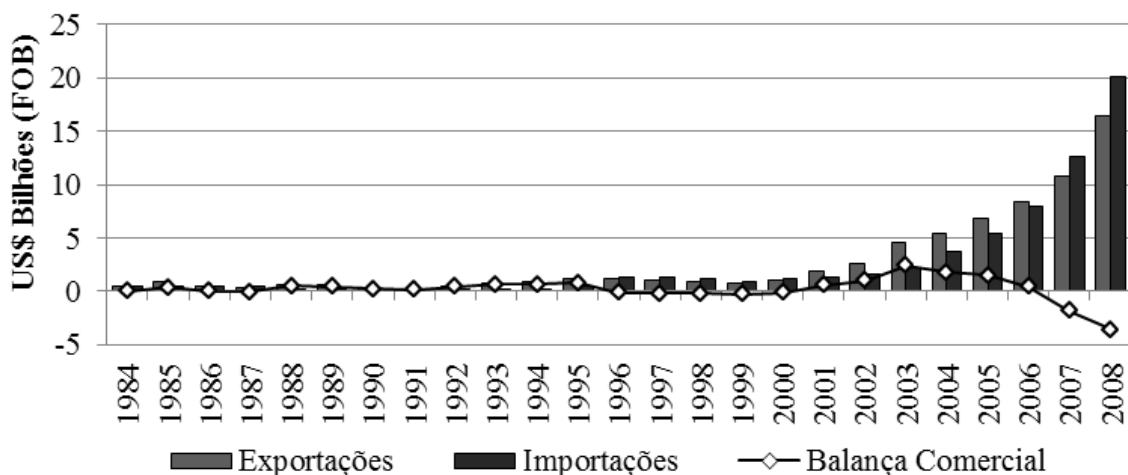
2.1 - Estratégias de combate a crise de produção chinesa, à luz da teoria liberal

Podemos perceber essa assimetria dentro da relação chinesa com as multinacionais que se instalaram em seu litoral. É claro que nessa relação houve ganhos mútuos, mas a China utilizou seus recursos de poder muito bem, de maneira a sugar o conhecimento dessas empresas, principalmente tecnológico, para que no longo prazo tivesse sua própria fonte de tecnologia sem precisar das multinacionais.

O Brasil é um dos grandes parceiros comerciais da China. Desde meados de 1984, eles já possuíam uma relação bilateral caracteriza principalmente por importações e exportações. Essa parceria evoluiu muito desde a última década, entre o período inicial até 2008, as importações brasileiras de produtos chineses aumentaram 16,6% ao ano, enquanto as exportações aumentaram 15,4% ao ano (MORTATTI, MIRANDA & BACCHI, 2011). Claramente, ao aplicar a teoria de interdependência na relação sino-brasileira, percebemos que se trata de uma análise de interdependência econômica, isso por envolver diretamente a troca de bens e capital entre as duas nações (GOMIDE, 2017).

Entretanto, desde o começo dessa relação bilateral, é notório que o Brasil passou a importar mais produtos chineses do que exportar para eles, como destacado pela figura 1.

Gráfico 1.1 - Balança Comercial Brasil-China de 1984 a 2008, US\$ Bilhões FOB.



Fonte: Mortatti, Miranda & Bacchi (2009, p 313. 2011).

Mas para além das multinacionais instaladas no litoral chinesa, é notável essa assimetria dentro da relação sino-brasileira. As exportações brasileiras são em maior parte concentradas na China, ao passo que a situação não se repete de forma inversa. Dessa forma, ao analisarmos

o processo de sensibilidade e vulnerabilidade dessa relação, podemos afirmar que a situação brasileira é mais frágil em relação à China, uma vez que seu comércio está concentrado em apenas um destino (GOMIDE, p. 40, 2017). Esse aporte torna o Brasil como mais propício a sofrer impactos maiores advindos dessa relação de interdependência, como destacado por Oliveira & Luvizotto:

Em suma, os países sensíveis sofrem os impactos da lógica da interdependência assimétrica, mas têm capacidade de resposta. Já os países vulneráveis sofrem os impactos maiores advindos da mesma dinâmica, e não têm capacidade de resposta no plano das relações internacionais. (OLIVEIRA & LUVIZOTTO, 2011, p. 05)

Um dos principais efeitos da interdependência é o processo de cooperação internacional, pautado sob a noção de soberania compartilhada, o qual possibilitará a solução de problemas transnacionais. Em paralelo, a cooperação possibilita uma transformação do papel do Estado, uma vez que ele se torna instrumento de adaptação das políticas domésticas ao cenário internacional, reagindo as decisões de outras esferas de poder, regionais, transnacionais ou internacionais (HERZ apud OLIVEIRA & LUVIZOTTO, 1999, p. 9). Ademais, de acordo com Krasner:

A interdependência crescente, dentro dessa nova realidade marcada pela globalização, questiona a legitimidade e a soberania porque diminui a capacidade dos Estados de oferecer bens e serviços às suas populações sem apelar para a cooperação internacional (KRASNER apud OLIVEIRA & LUVIZOTTO, 2000, p. 9).

Segundo Keohane e Nye (1984), problemas políticos não mais poderão ser resolvidos de maneira satisfatória sem a cooperação com outras nações ou com agentes não estatais. Com isso, vale destacar a cooperação da China dentro do bloco dos BRICS. A união desse bloco possibilita que esses países cooperem de forma a tornar o debate sobre suas economias emergentes mais atuantes dentro do cenário internacional. O ponto é que com o passar do tempo a globalização proporcionou uma maior integração dos agentes internacionais nas mais diversas temáticas. Adaptar-se sobre o sistema de engajamento e cooperação internacional tornou-se mais que uma necessidade para os Estados, tendo em vista que a não-cooperação e o enrijecimento estadocêntrico torna muito mais difícil a evolução de uma nação dentro do cenário internacional.

Por isso, é notável a evolução chinesa pelos moldes liberais, sendo até considerado um *capitalista de estado*. Desde Mao, e as provenientes reformas que se sucederam, se a China não

tivesse se aberto ao mercado exterior e captado seu conhecimento, certamente não estaria no nível em que se encontra hoje.

2.2 - Evolução histórica das importações chinesas e a estratégia de diversificação de parceiros

A China ao longo da história tem se pautado de tal maneira que a política interna e externa se tornou fortemente ligada, principalmente pela proporção econômica que o país conquistou através do comércio exterior. Podemos inferir tal vínculo com a lógica do jogo de dois níveis de Robert Putnam, que trata a relação da política doméstica e as relações internacionais como intrinsecamente vinculadas. Essa lógica é condicionada por dois níveis – Nacional e Internacional – onde em nível nacional, os grupos domésticos articulam de forma a pressionar o governo a fim dele adotar políticas que favoreçam esses grupos, não obstante, os políticos buscam aumentar seu poder coalizando juntamente com esses grupos.

Em nível internacional, o governo do Estado busca maximizar suas, habilidades, poder e influência, para satisfazer as pressões domésticas e minimizar as consequências adversas da evolução externa. Entretanto, nenhum dos níveis pode ser ignorado pelos governantes porque seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, p. 151).

Nessa lógica que a China construiu uma diversidade de parceiros comerciais, sendo eles, Estados Unidos, Hong Kong, Japão, Coréia do Sul e Vietnã, do maior para o menor, respectivamente. Curiosamente, a China, juntamente com os EUA, seu principal parceiro comercial, protagoniza uma batalha comercial dentro do cenário internacional. Isso se dá principalmente pelo enorme crescimento chinês com o decorrer dos anos, o que deixou os Estados Unidos apreensivo, porque isso abala sua posição confortável no topo do sistema internacional. Entretanto, apesar disso, possuem uma relação de interdependência.

A China desde os anos 2000 tem investido no tesouro americano, além de ter se tornado o principal exportador dos EUA. Em parte, isso significa que a China estabiliza a economia americana, pelo simples fato de emprestar dinheiro ao país em troca de remuneração – através do investimento no Tesouro americano – e por fazer o dinheiro entrar no país com as exportações. A compra dos produtos chineses pelo mercado americano é o que garante o superávit na balança comercial chinesa e a torna como uma das maiores economias exportadoras do mundo (BRITO & SOUZA, 2019).

A China possui regiões administrativas especiais como, Hong Kong e Macau, que foram criadas a partir de uma Assembleia Popular Nacional e possuem um alto nível de autonomia, sistema político separado e economia capitalista. Ambas as regiões possuem autonomia sobre

si mesmas, exceto sobre assuntos como política externa e defesa nacional. Hong Kong atua como uma das principais localidades de comércio exterior da China devido a localização privilegiada de seu porto Victoria, sendo ele um dos mais movimentados cerca do recebimento de navios, cargas e passageiros. Além disso, é um dos principais centros financeiros da Ásia.

A relação China-Japão é a principal determinante da estabilidade política-econômica da região Ásia-pacífico. O Japão investe na China, salientada pelo ritmo de importações do país, o que reforça uma parceria cooperativa. Entretanto, segundo Oliveira:

Apesar do crescente volume de investimentos, a China o critica por considerá-lo de curto prazo, de baixa tecnologia e voltado para empresas de alta rentabilidade, tendo pouco impacto na ampliação da capacidade produtiva. E enquanto a China reclama da recusa japonesa na transferência de alta tecnologia, o Japão procura refutar argumentando que a tecnologia transferida está de acordo com o nível de desenvolvimento do país. (OLIVEIRA, 2012, p. 4)

Mas em relação aos demais países, o Japão é o que mais investe no território chinês, entretanto, a China se queixa que a maior parte dos fundos japoneses estão limitados à compra de bens, tecnologia e plantas industriais japonesas que cria uma dependência tecnológica que faz com que a China fique presa aos fornecedores japoneses (DITTMER apud OLIVEIRA, 2012).

Além das parcerias comerciais com esses países, a partir dos anos 2000 a China envolveu-se juntamente com a América Latina. Essa parceria deu-se inicialmente pelo crescimento e fortalecimento do mercado interno chinês, o que possibilitou o envolvimento da América Latina como fornecedora de commodities tanto para a China quanto para seu próprio mercado consumidor interno (OURIQUES, 2015). Entretanto, essa relação teve suas disparidades entre os países latino-americanos com a China:

Los intercambios comerciales entre China y América Latina crecieron espectacularmente en los últimos años, pero esto no afectó de la misma forma a todos los países. El primer caso es el de Venezuela, que exporta a China petróleo, clave para sostener el despegue industrial. Por otro lado, los productores de materias primas y alimentos – Chile, Brasil, Argentina y Perú – se han beneficiado gracias a los saldos comerciales positivos y el aumento de la inversión directa. Finalmente, México y Centroamérica se han visto perjudicados por las importaciones de productos manufacturados y están siendo desplazados del mercado de Estados Unidos. (LEÓN-MANRÍQUEZ apud OURIQUES, 2015, p.11-12).⁴

⁴ O comércio entre a China e a América Latina cresceu espetacularmente nos últimos anos, mas isso não afetou todos os países da mesma forma. O primeiro caso é o da Venezuela, que exporta petróleo para a China, peça chave para sustentar a decolagem industrial. Por outro lado, os produtores de matérias-primas e alimentos - Chile, Brasil,

Segundo Ouriques (2015), o fato da China ser o principal exportador de commodities do Cone Sul, implica com que o país tenha maior poder de negociação sobre os países da região, ou seja é notório que nessa relação de interdependência existe uma assimetria, a qual pende para o lado Chinês.

Primeiro, os laços comerciais e de investimento entre a China e a América Latina cresceram rapidamente desde apenas o início do novo milênio. Segundo a expansão de laços econômicos entre a China e a América Latina conferiu à China um papel de crescente proeminência como fonte de demanda para as exportações latinoamericanas. Finalmente, os laços comerciais e de investimento entre a China e a América Latina são baseados na demanda chinesa por um conjunto relativamente limitado de recursos naturais, de um número relativamente pequeno de países, geralmente, sulamericanos. (FERCHEN apud OURIQUES, 2015, p.14).

Dentre os parceiros comerciais da China na América do Sul, a grande maioria tem sua pauta exportadora concentrada em recursos naturais ou energéticos, principalmente o Brasil, que em 2013, do valor exportado à China, 37,3% foram de soja, 33,1% de minério de ferro e 8,8% de petróleo cru. Já dentro das importações Chinesas, a pauta se diversifica em produtos em produtos manufaturados e os que são considerados de média e alta tecnologia. Dessa forma, essa relação comercial é destacada pela América Latina fornecendo recursos energéticos e matérias primas, ao passo que importa produtos elaborados e com alta densidade tecnológica dos Chineses. (OURIQUES, 2015). A conexão entre a região e a nação chinesa é a principal responsável pela produção da alta das commodities na América Latina, o que favoreceu comercialmente setores exportadores dos países dessa região.

Dessa forma, concluímos que o processo de importação chinesa é algo além do natural, um meio de vasão para o país buscar recursos fora de seu próprio país. A China busca em seus parceiros comerciais muito mais do que suprir suas próprias necessidades, mas aprender com eles para que em algum momento já não seja mais necessário depender da parceria de um parceiro comercial. Portanto, é por esse processo que a China se coloca interdependente junto aos seus parceiros comerciais, mas de forma assimétrica, de modo que a relação não a torne vulnerável frente a outra nação. Assim sendo, a China faz das importações uma atividade muito mais do que natural e necessária, mas intencional e desejada.

2.3 - Comércio exterior como uma ferramenta intencional ou natural nas crises de produção

Argentina e Peru - têm se beneficiado graças à balança comercial positiva e ao aumento do investimento direto. Por fim, México e América Central foram afetados pelas importações de produtos manufaturados e estão sendo deslocados do mercado dos Estados Unidos. (Tradução nossa)

Com o início da reforma de abertura econômica pela China em meados de 1970 e seu desenvolvimento em 1992, o governo chinês começou a reduzir as tarifas comerciais e a fixar a taxa de câmbio nominal resultando em uma desvalorização real. Portanto, sua abertura comercial foi responsável pelo grande crescimento da economia do país, o fluxo de Investimento Direto Externo (IDE) e as exportações chinesas cresceram de maneira exponencial.

A relação entre IDE e as exportações estão diretamente ligadas ao crescimento econômico da China, uma vez que o crescente estímulo das IDEs reforçou o aumento das exportações pelo país. (CUNHA & XAVIER, 2010). Por isso, com o planejamento e as reformas econômicas do governo chinês, inferimos que a atividade de comércio exterior pelos chineses é uma solução intencional para o contínuo crescimento do país. Além disso, uma forma de aumentar a sua atuação dentro do cenário internacional:

A participação das exportações de processamento no total das exportações da China era de 20% em meados de 1980 e aumentou para 60% em 2003, além disso, observou-se o crescimento contínuo da diversificação e sofisticação da pauta de comércio. É o que mostrou o estudo do IDB (2005), ao analisar o desempenho total das exportações, destacando o rápido crescimento, entre 1985-2002, dos setores de bens manufaturados, miscelânea de manufaturas (principalmente, artigos de vestuários, roupas e acessórios e calçados), maquinários e equipamento de transporte. (CUNHA & XAVIER, 2010, p. 493).

Para além das exportações, o que ajudou a intensificar os negócios chineses internacionalmente foi a diversificação de seus parceiros comerciais. As parcerias China-EUA e China-Europa alcançaram um *superávit* comercial entre os anos de 1997 a 2002, portanto, o *Market Share*⁵ da China estava em crescimento em ambos os mercados. A atuação dentro destes mercados está relacionada com a transição da estrutura de exportação chinesa, que no momento, passou a negociar maquinários, telecomunicações, bens de consumo eletrônicos e equipamentos de informática. Em paralelo, a parceria entre a china e os países asiáticos encontravam-se sob uma relação deficitária. Isso se deu pela política utilizada pela China, de modo que as exportações no período das reformas beneficiassem as atividades de processamento, o que estimulou a fragmentação e reorganização das atividades industriais dentro do território asiático:

Em 1999, a região da Ásia era a maior exportadora de insumos para as atividades de processamento na China, com uma participação de 40% de Hong

⁵ Participação da China no mercado o qual está inserido.

Kong, Taiwan e Coreia do Sul e 25% do Japão, sendo que aproximadamente 70% das exportações da região da Ásia e 55% do Japão foram direcionadas para as indústrias de exportações de processamento e não para o mercado interno chinês, o que indica uma intensificação do comércio entre a Ásia e a China em razão da divisão internacional da cadeia de valor adicionado na região. (CUNHA & XAVIER, 2010, p. 495)

O desenvolvimento das Zonas Econômicas Especiais à entrada de Investimento Direto Externo (IDE), possibilitou a formação de *joint-ventures*⁶ entre as empresas que queriam investir na China e as empresas domésticas. Essa política de IDE chinesa foi uma estratégia para atração de investimentos estrangeiros em setores específicos e evolucionários para a tecnologia. A política de IDE fazia parte de uma estratégia de atração e incentivo à entrada de investimentos em setores produtivos mais específicos e que promoveriam avanços tecnológicos para o país.

Portanto, o governo chinês decidiu instituir novas regras sobre a regulação do IDE, de forma a liberalizar novas categorias criadas para o investimento. Dessa forma, o IDE possibilitou a participação de indústrias de utilidade pública e serviços, construção, transporte e telecomunicações. Além disso, foi possível ver a transição no comércio exterior chinês, de setores primários para manufaturas. Os investimentos estrangeiros foram importantes para a evolução das indústrias prioritárias e a promoção de mudanças estruturais no comércio chinês (CUNHA & XAVIER, p. 496-497).

A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2002 garantiu maior liberalização dos investidores estrangeiros em seu território. Com sua entrada na organização, a China assumiu compromissos como, redução gradual e eliminação das tarifas sobre os bens importados e das quotas de importação, abertura de seu mercado de serviços, eliminação das políticas preferenciais impostas aos investidores estrangeiros e produtos importados, fortalecimento da lei de propriedade intelectual, eliminação de subsídios às exportações etc. Mesmo com a adesão à organização, a entrada de investimento estrangeiro no país continuou ascendente até meados de 2005, o que fez a China ser o maior receptor da região leste asiática de IDE, com participação superior à 50% (CUNHA & XAVIER, 2010, p. 497). Além disso:

Durante o período de 1990 a 2006, segundo dados da UNCTAD, a participação de F&A (Fusões e Aquisições) sobre o total dos fluxos de IDE oscilou entre 1% e 11%, o que significa que cerca de 90% do IDE que entrou na China foi, principalmente, destinado a modernização e ampliação da capacidade produtiva existente. (Cunha & Xavier, 2010, pg. 498).

⁶ Parceria entre duas ou mais empresas com o objetivo de realizar atividades econômicas em comum.

Devido ao investimento exterior, a participação de empresas estrangeiras no total de exportações chinesas apresentou, durante 1995 a 2005, uma trajetória de contínuo crescimento, o que representou cerca de mais da metade das exportações totais da China. Dessa forma, grande parcela do IDE que entrou na China tinha por objetivo o mercado externo.

O fortalecimento econômico da China através da IDE, possibilitou que este país evoluísse exponencialmente dentro do cenário internacional, principalmente pela sua atuação que cresceu com o passar dos anos, e diversificasse seus parceiros comerciais, o que fortalece o argumento de que os chineses usaram ativamente o comércio exterior como uma ferramenta de solução intencional.

As reformas econômicas para abertura comercial da China fizeram com que esse país além de crescesse economicamente, se fortalecesse tecnologicamente devido as IDEs das empresas que se instalavam em suas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Intencionalmente, a China incentivou o fortalecimento das *joint-ventures*, o que possibilitou a interdependência de suas empresas domésticas, crescendo economicamente e tecnologicamente por meio de tecnologia reversa.

3 - Interdependência sino brasileira e a busca desenvolvimentista do setor agrícola

As relações entre Brasil e China se iniciaram no século XIX, quando ambos mantinham relações diplomáticas. Entretanto, a partir do século XX, mais precisamente nos anos 90, estreitaram ainda mais essa relação por meio de parcerias comerciais. Esse período marcou o cenário internacional devido às expansões econômicas e comerciais pelas quais o mundo passava. No Brasil, o cenário político estava marcado pelas tentativas liberais, as quais os governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso tentaram integrar ao país. Não obstante, a implementação do Plano Real foi de suma importância para as relações do Brasil com o exterior. O plano conseguiu parear a moeda brasileira com o Dólar, o que por consequência deixou as importações pelo país mais baratas.

Logo em seguida, nos anos 2000, os países da América do Sul foram protagonistas no período chamado “Boom das Commodities”. Esse período foi marcado pela alta demanda de *commodities* (grãos, petróleo, metais, energia etc.) pelo cenário internacional, principalmente a China. Graças a isso, o Brasil passou por um momento de crescimento econômico, uma vez que este era um grande produtor e exportador de matérias primas. Esse período marcou o desenvolvimento econômico e a queda da pobreza no país.

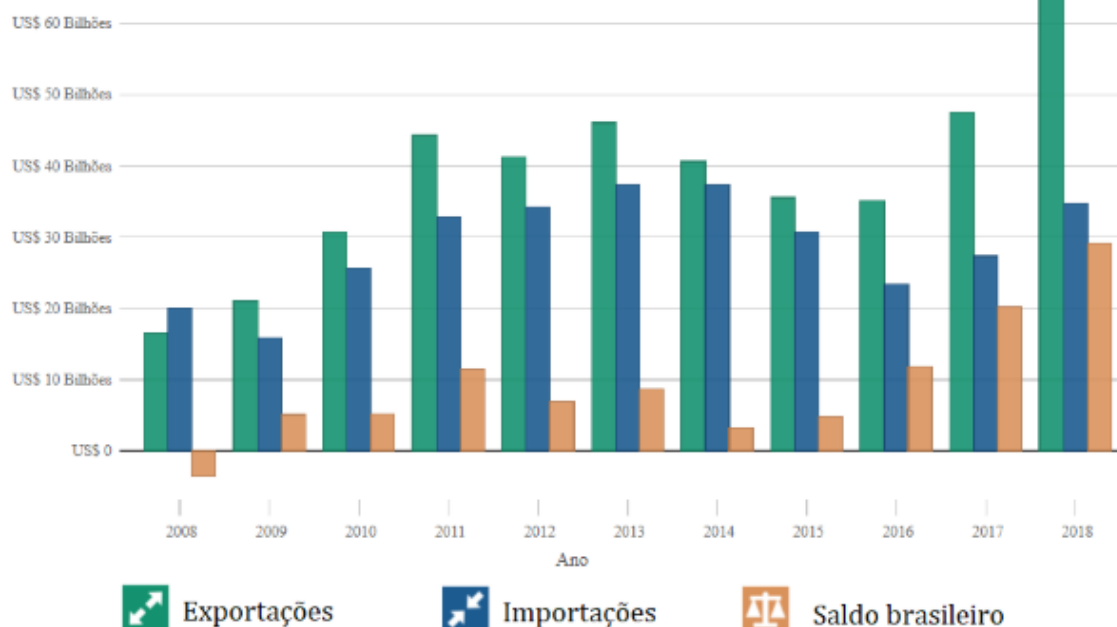
Por outro lado, a indústria brasileira não conseguiu acompanhar o desempenho das exportações de matérias primas, passando por um processo de desindustrialização. Desde então perdendo mercado para a própria China, após a abertura comercial. Isso ocorreu, pois, muitas empresas eram pouco competitivas contra os produtos importados. Reflexo da má gestão da política industrial durante as décadas anteriores. (TRENTIN, 2020).

Em paralelo, a China já vinha mostrando os reflexos das reformas de Deng Xiao Ping realizadas em 1979. Entre 1991 e 2001, o país teve o crescimento de seu PIB em média de 10,25%, elencado pelo processo de industrialização o qual passava, bem como, pela utilização da mão de obra barata e liberalização de investimentos dentro do país. Ou seja, no final da década de 90 e início dos anos 2000, o cenário internacional passou por uma grande transição influenciada pelo fenômeno globalização. Esse fator transitório fez com que o cenário econômico global se tornasse interdependente.

3.1 - A parceria sino-brasileira na teoria liberal

A interdependência sino-brasileira nasceu frente a um período de forte globalização, influenciado pela grande demanda de matérias primas e o “boom das commodities” na América do Sul. A relação entre os dois países, desde sua composição, tem sido um dos principais fatores para o crescimento do Brasil, juntamente com o aumento dos preços das commodities no cenário internacional. A parceria sino-brasileira tem sido favorável para a balança comercial do Brasil, como no exposto.

Gráfico 2.1 - Balança comercial de Brasil e China de 2008 a 2018.



Fonte: Ministério da Economia (2020, p.n)

Entre o período de 2008 a 2018, o crescimento médio das exportações brasileiras foi de 16%, sendo que suas exportações cresceram de USD 16 bilhões para USD 63 bilhões. Dentro da cartela de exportações para a China, o Brasil se destaca, principalmente, pela exportação de commodities, os quais são: Soja, óleos brutos de petróleo e minérios de ferro (Ministério da Economia, 2018).

Estreitadas as relações entre Brasil e China, com base na análise, percebemos que sua parceria é caracterizada pelo aspecto de interdependência. Isso se dá pelo fato de a China ter dificuldade na produção agrícola, o que ocasionou na busca do Brasil para importar a matéria. Em paralelo, o Brasil viu nas exportações a oportunidade de aumentar suas receitas exportando

commodities à China. Em contrapartida, a China não só importa produtos de origem brasileira como também exporta para o país, e dentro dos principais produtos estão: manufaturados, plataformas de perfuração ou exploração e circuitos e partes de aparelhos de telefonia (Ministério da Economia, 2018).

Através de uma análise desagregada das principais mercadorias transacionadas entre os países pode-se verificar uma predominância de produtos industrializados, em sua maioria produtos de alto valor agregado no que se diz respeito às exportações chinesas para o Brasil. No perfil de exportação do Brasil para a China constata-se exatamente o contrário, com predominância de produtos de baixo valor agregado. (MORTATTI, MIRANDA & BACCHI, 2011, pg. 332).

A liberalização da relação Brasil-China a partir de 2008 foi elencada, principalmente, pela crise de 2008 durante o Governo Lula. Neste período, o governo brasileiro articulou de forma prioritária, a entrada do país dentro da cooperação Sul-Sul, sendo essa a alternativa para o Brasil inserir-se dentro da economia de países desenvolvidos. (ALBUQUERQUE, 2014, pg. 109)

Entretanto, o principal influenciador da evolução da relação sino-brasileira foi o próprio ex-presidente Lula e sua equipe de comércio exterior. O ex-presidente manteve relações intensas com a China durante 6 anos, nunca deixando de salientar em seus discursos a importância desse relacionamento estratégico com a China.

The most common dimension in all the presidential discourse, and occurring most often by far, is the dimension of trade and investment. In all his references to China and its relationship with Brazil, Lula refers to trade and investment flow between the two countries, both to exemplify the nature of the relationship, and also to justify its unique character. The principal corollary of the existence of a unique relationship—whether labeled as strategic or not—is, therefore, the existence of a highly relevant trade flow, with an exponential growth rate and with an expected potential frequently emphasized as being “infinite.” And this to the extent that the corollary becomes, in practice, a synonym of the strategic partnership⁷. (Albuquerque, 2014, pg. 110).

⁷ A dimensão mais comum em todo o discurso presidencial, e ocorrendo com maior frequência, é a dimensão do comércio e do investimento. Em todas as suas referências à China e sua relação com o Brasil, Lula se refere ao fluxo comercial e de investimentos entre os dois países, tanto para exemplificar a natureza da relação, quanto para justificar seu caráter único. O principal corolário da existência de uma relação única - rotulada como estratégica ou não - é, portanto, a existência de um fluxo comercial altamente relevante, com uma taxa de crescimento exponencial e com um potencial esperado frequentemente enfatizado como sendo "infinito". E isso na medida em que o corolário passa a ser, na prática, sinônimo de parceria estratégica. (tradução nossa)

Obviamente, Lula já percebia que a China vinha a se tornar um importante *player* no cenário internacional. Já em 2008 a China vinha apresentando seus moldes de crescimento constantes frente a outros países em desenvolvimento. Não obstante, o discurso do ex-presidente, referente à parceria estratégica com os chineses, se repetiu durante o governo Dilma. Entretanto, com o passar dos anos a disputa entre China e Estados Unidos começou a se intensificar cada vez mais, e com isso, o Brasil começou a adotar uma posição cada vez mais neutra, tendo em vista que mantinha relações comerciais com ambos os países. O crescimento exponencial a qual a China vem passando tem causado uma crise sistema na hegemonia norte-americana dentro do cenário internacional.

China's rise poses an additional systemic challenge to US' global leadership. Chinese global performance has proved bolder than expected in several dimensions—be it on the economic and financial field, in expanding its military clout, or even in terms of territorial claims. More importantly China's assertiveness has been directed to all continents, causing US' trade and investment relevance and to some extent its political and military leadership to be challenged¹¹. As a consequence, it becomes ever more difficult for the US to face strategic challenges anywhere in the world, including in Latin America, without taking into account the PRC's core interests and political priorities⁸. (Albuquerque, 2014, pg. 116).

Dessa forma, como parceiro comercial de ambas as potências, o Brasil encontra-se inerte frente a colisão entre EUA e China, tentando não se prejudicar dentro desta perspectiva, mas beneficiar-se comercialmente dentro da disputa. As tensões entre as duas potências causam uma desaceleração em termos globalistas, o que por consequência atrapalha o crescimento dos países emergentes por dificultar seus mercados, tanto em exportações quanto para o investimento estrangeiro no país.

Dessa forma, em uma perspectiva liberal, é importante salientar em como a parceria sino-brasileira é favorável para ambos os países. Entretanto, essa interdependência conta com uma assimetria de poder muito mais favorável à China do que ao Brasil, e isso se dá ao fato do Brasil se encontrar em uma posição muito maior de dependência. A China é o principal parceiro comercial do Brasil, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC),

⁸ A ascensão da China representa um desafio sistêmico adicional à liderança global dos EUA. O desempenho global chinês tem se mostrado mais ousado do que o esperado em várias dimensões - seja no campo econômico e financeiro, na expansão de seu poderio militar ou mesmo em termos de reivindicações territoriais. Mais importante ainda, a assertividade da China tem sido direcionada a todos os continentes, fazendo com que o comércio e a relevância dos investimentos dos EUA e, em certa medida, sua liderança política e militar seja desafiada¹¹. Como consequência, fica cada vez mais difícil para os EUA enfrentar desafios estratégicos em qualquer lugar do mundo, inclusive na América Latina, sem levar em conta os interesses centrais e as prioridades políticas da RPC. (tradução nossa)

o Brasil tem um superávit comercial com o país devido a dinâmica entre suas exportações e importações, o Brasil exporta commodities e importa manufaturados. Comparado com 2018, em 2019 tivemos o crescimento registrado de 9,1% nas exportações brasileiras, o que resultou novamente no superávit da balança comercial com a China. Salienta-se que dentre os produtos mais importados pela China, de destinação brasileira, estão: soja, carne bovina e carne de frango. A exportação destes produtos mostra a contribuição do Brasil frente o setor agropecuário e alimentício da China.

3.2 - A contribuição brasileira na fomentação alimentar da China

Com o passar das décadas, a China passou por grandes mudanças estruturais em um pequeno período, uma evolução acelerada. É notável que dentro destas grandes evoluções esse país desenvolveu seu setor agrícola, se tornando uma potência não somente frente ao aparato industrial e tecnológico, mas também no agronegócio. Quase metade da força de trabalho chinesa está concentrada no campo, diretamente vinculada à agricultura. Todas as terras aráveis são direcionadas ao plantio de sementes como, arroz, trigo, milho, tabaco e soja, os quais são utilizados para exportação e abastecimento interno do país. Entretanto, devido a acelerada transição da população rural para o meio urbano, a China enfrenta um problema de infraestrutura fundiária, o que dificulta sua expansão no setor. Não obstante, essa realidade vai de encontro com problemas ambientais causados pela poluição e escassez de água, o que tem levado a China de repensar suas políticas agrícolas e criar alicerces no mercado internacional, principalmente com países fortes na produção de commodities agrícolas, no caso o Brasil.

Dado o tamanho da população chinesa e a elevação da renda observada nos últimos anos, a segurança alimentar é uma das grandes prioridades do governo daquele país. A China tem buscado incrementar a sua produção agrícola, mantendo alto grau de autossuficiência (acima de 95%), tendo aumentado o apoio interno à sua agricultura, na última década, concedendo subsídios de 3,01% do PIB agrícola em 2010, contra 1,55% em 1997 (OCDE, 2012). Além disso, impôs restrições às exportações, baixou tarifas e buscou nas importações o fechamento da conta. Nos últimos anos, o país passou a buscar no exterior parte de sua segurança alimentar para o futuro, por meio de acordos comerciais, da compra de terras em outros países, ou mesmo do aumento do investimento em empresas transnacionais do agronegócio (LONDON, 2011; OMC, 2012 apud Figueiredo & Contini, 2013, pg. 8-9).

Dessa forma, buscando atingir a autossuficiência alimentar, a China solucionou no exterior a questão de segurança alimentar em seu país, através da implementação de estratégias direcionadas para a qualificação de sua agricultura. Não obstante, deve se levar em

consideração que políticas ambientais são relevantes dentro de do cenário globalizado, principalmente dentro do comércio internacional de alimentos. A cadeia produtiva da agricultura que seja efetivamente globalizada deve otimizar o uso dos recursos naturais do mundo. (Macdonald, Brauman Sun, Carlson, Cassidy, Gerber & West, 2015, pg. 287).

A China vem qualificando e trabalhando com o Brasil em busca da otimização produtiva de sua agricultura, por isso, adota estratégias para assegurar que o Brasil tenha condições de continuar provendo parte de sua segurança alimentar. A adoção destas estratégias é notável através dos investimentos da estatal de chinesa de infraestrutura agrícola COFCO, a qual busca integrar as cadeias globais de fornecimento de grãos e congêneres ao mercado chinês. Além de ser uma das maiores exportadoras de grãos produzidos no Brasil, a empresa já anunciou que a meta é rastrear 100% da soja comprada diretamente de fazendas brasileiras até 2023. A medida adotada pela *trading* é uma forma da China monitorar as atividades agrícolas e assegurar a produção sustentável das commodities agrícolas dentro do Brasil. Nos últimos anos, o aumento na demanda de soja pela China impulsionou o desenvolvimento do setor no Brasil. O país conta com grande potencial agrícola, em comparação com seus concorrentes comerciais, Estados Unidos e Argentina. Porém, sofre com problemas de infraestrutura para escoamento de produção devido à má qualidade das estradas, o que dificulta na logística de transporte para fazer a soja sair do meio do país até os portos.

Apesar da perspectiva de crescimento das exportações brasileiras para a China, o cenário internacional foi de encontro a uma das maiores crises enfrentadas pelo mundo globalizado, a crise da COVID-19. A pandemia instaurada pelo Coronavírus originou-se na cidade de Wuhan na China, e foi o principal fator para a recessão do cenário comercial de diversos países. Com isso, o comércio internacional passa agora por um período de grandes incertezas, principalmente no que tange às políticas comerciais de cada país.

Dentro da relação sino-brasileira, a parceria assimétrica entre os dois países tende a impactar muito mais o Brasil do que a China, mesmo que este tenha sido o epicentro do vírus. Isso acontece devido ao grande impacto que os chineses geram ao realizarem movimentos de aumento ou diminuição na demanda de commodities brasileiras. Entretanto, segundo estudos realizados pela equipe de comércio exterior da Faculdade Getulio Vargas – FGV, apesar do coronavírus, as exportações para a China aumentaram cerca de 8,8%, sendo incentivadas pela exportação de soja e carne.

Esse cenário refletiu positivamente no agronegócio, com a carne bovina in natura e a soja em grãos dentre os principais produtos exportados. No caso da

carne bovina, em relação à China, houve um aumento de 124,7% no primeiro trimestre de 2020, comparado ao mesmo período de 2019. (Mendes, 2020)

Além do Brasil, a China exporta soja também dos Estados Unidos, apesar das divergências políticas e comerciais entre seus líderes. Somente este ano, com o desencadear da crise do coronavírus, a China aumentou as importações mundiais de soja em 14,2%, em comparação com o ano passado, diminuindo 25% das importações de soja brasileira. A queda na demanda com o Brasil deu-se, principalmente, pelo acordo comercial assinado entre a China e os Estados Unidos. Essa parceria sino-americana visa trazer mudanças para o setor agrícola, ademais no que tange às barreiras comerciais para agricultura. A China se responsabilizou então pela compra de commodities agrícolas de origem americana durante 2 anos, totalizando 32 bilhões USD. Contudo, apesar da competição entre Brasil e EUA, os americanos sofrem com problemas meteorológicos sobre sua agricultura, o que tem feito com que sua cota de exportação caia. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), as condições das lavouras de soja, este ano, tiveram uma queda em seus índices, devido a intensidade do calor do país que chega a 37°C e a falta de chuva. Em comparação com a soja brasileira, o Brasil encontra-se mais competitivo no mercado, tendo em vista a disponibilidade e o diferencial do preço. Paralelo ao dólar, o real brasileiro teve grande desvalorização com os efeitos do coronavírus, aumentando assim a atratividade do produto para os chineses.

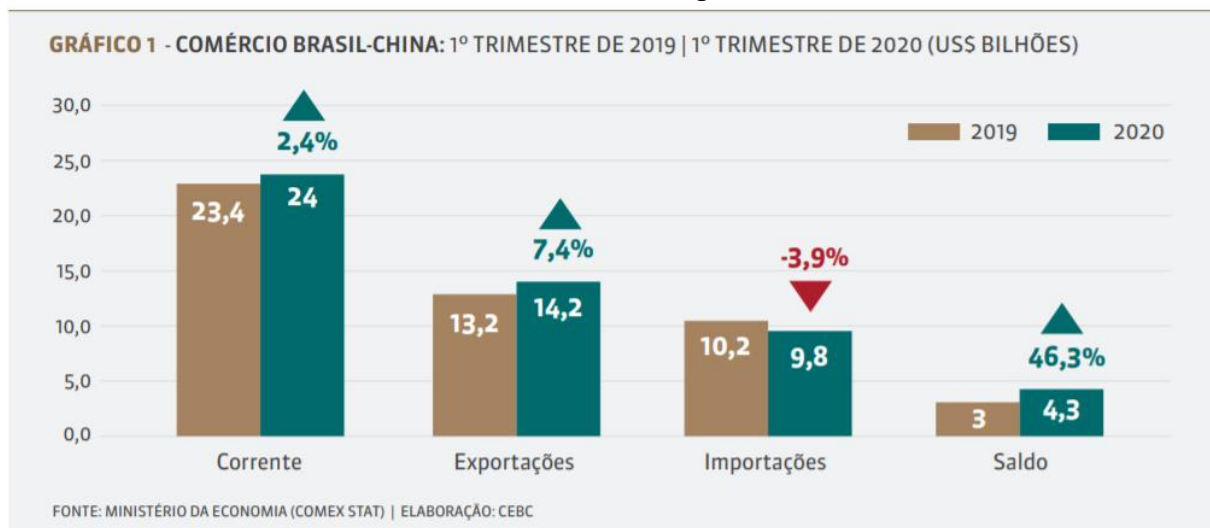
Para além dos grãos, o Brasil também se destaca na produção de carne, sendo classificado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como uma das 5 maiores produtoras de carne do mundo. No que concerne à China, além do coronavírus, o país enfrenta atualmente uma doença que assola sua produção de carne suína, chamada de peste suína africana. Essa doença já chegou a reduzir a produção chinesa pela metade, cerca de 450 milhões de porcos tiveram que ser sacrificados para evitar a proliferação da doença dentro do território. Entretanto, devido à crise suína, as exportações de carne de origem brasileira para a China aumentaram exponencialmente. Segundo a Associação brasileira de Proteína Animal (ABPA), no ano passado, o Brasil produziu cerca de 4,2 milhões de toneladas de proteína animal e exportou 750,3 mil toneladas de carne, sendo a China o principal destino das exportações brasileiras. O aumento na demanda de carne fez também com que o Brasil se adaptasse, tendo aumentado o número de novas frigoríficos para a venda de carnes para a China. Contudo, com a pandemia do coronavirus, o setor de carnes brasileiro sofreu uma paralização quanto à abertura de novos frigoríficos produtores de carne.

As exportações do agronegócio para a China no primeiro trimestre de 2020 cresceram para vários produtos, como algodão, com aumento de 189%; carne bovina, 125%; carne de frango, 55%; carne suína, 274%; e soja em grão, 5% (relativamente ao mesmo período de 2019). Para esta lista de produtos selecionados, o crescimento total foi superior a 23%. (Comex Stat apud Wachholz, 2020, pg.19).

Segundo Larissa Wachholz, assessora especial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), mesmo diante do quadro de contração econômica na China no primeiro trimestre [de 2020], fruto da epidemia, a demanda do país por produtos do agronegócio brasileiro mostrou-se estável e resiliente.

Gráfico 2.2 - Comparação do comércio sino-brasileiro durante o 1º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2020.

Fonte: Ministério da Economia (Comex Stat), CEBC, p.27



Dessa forma, apesar da pandemia do coronavírus estar impactando negativamente o comércio internacional, o cenário de exportação brasileiro para a China encontra-se em uma situação favorável. O setor do agronegócio brasileiro se mostrou um dos menos impactados pela pandemia, motivado pela manutenção da atividade agroalimentar desde o início da pandemia e contenção de danos pelo MAPA. O órgão criou um comitê de crise, chamado CC-AGRO-COVID19, que é o responsável por coordenar os assuntos vinculados ao agronegócio durante o período da pandemia, principalmente no que tange sobre as práticas varejistas relacionadas às questões sanitárias para transporte dos produtos. (Wachholz, 2020).

CONCLUSÃO

Assim sendo, é notável a grandeza do Brasil no que tange à produção e exportação de commodities agrícolas no cenário internacional, sendo classificado como o 3º maior exportados de alimentos do mundo. Contudo, a chegada da pandemia do coronavírus trouxe grandes incertezas para o comércio internacional, não só por uma perspectiva protecionista a ser adotada pelos atores, mas pelo surgimento de novas políticas comerciais de cada país. Com a crise, a maioria dos países retrocederam em seus processos de crescimento, principalmente o Brasil, o qual retornou ao período de ressecção. A perspectiva é de que a relação sino-brasileira se mantenha a toda vapor, uma vez que o Brasil vem garantindo a segurança alimentar chinesa. A China é importante para o Brasil da mesma forma que o Brasil é importante para a China. Apesar do Brasil ter concorrentes comerciais no cenário internacional, encontra-se em um patamar favorável, tendo em vista que se destaca dentro do cenário agrícola. Além disso, os embates políticos entre os líderes dos Estados Unidos e China, pode favorecer o Brasil comercialmente, uma vez que o enfrentamento entre as potências tende a distanciá-los cada vez mais de negociações comerciais.

Por fim, é válido refletir sobre a evolução da relação sino-brasileira dentro de um cenário de constantes mudanças. Apesar de um parceiro consolidado, a China é uma nação que caminha continuamente para o desenvolvimento, e seu processo de industrialização acelerado causa consequências ambientais sérias, as quais tornam difíceis a produção agrícola no país. Por isso, a China buscou dentro do cenário internacional parceiros comerciais que pudessem suprir sua necessidade de produção, como o Brasil. Os alicerces dessa parceria se estreitam principalmente pela dependência mútua desses países, ademais, frente a um cenário de incertezas trazido pela pandemia do Coronavírus. Apesar do direcionamento do governo brasileiro com o governo americano, devido as articulações de Bolsonaro com Trump, as perspectivas são de uma contínua troca de relações com a China, mesmo que as relações sino-americanas estejam em constantes conflitos. A China é um parceiro estratégico para o Brasil, o principal importador de commodities agrícolas brasileiras. Essa relação bilateral é benéfica para ambos os países, uma parceria interdependente. O debate sobre a atuação sino-brasileira no cenário internacional é importante, principalmente, para o desdobramento e evolução do comércio internacional sobre uma perspectiva liberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Brazil, China, US: a triangular relation?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 57 (special edition): 108-120 [2014].
- ALVES, Frederick Fagundes; TOYOSHINA, Silvia Harumi. Disparidade Socioeconômica e fluxo migratório chinês: interpretação de eventos contemporâneos segundo os clássicos do desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea** (2017) 21(1): p.1-26, ago.2015/abr.2017.
- BRITO, Amanda de; SOUZA, Leonardo Felipe de. Briga de gigantes: as relações entre eua e China. **Politize!**, 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/eua-e-china-guerra-comercial/>> . Acesso em: 07 de outubro de 2020.
- CARIELLO, Tulio. Comércio Brasil-China: Primeiro Trimestre de 2020. **Carta Brasil-China**, edição 25. Abril, 2020. pp. 27-31.
- CUNHA, Samantha Ferreira; XAVIER, Clésio Lourenço. Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 491-510, julho-setembro/2010.
- FIGUEIREDO, Eliana Valéria Covolan; CONTINI, Elisio. China gigante também na agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 5-29, abr./maio./jun. 2013.
- GOMIDE, Flávia Maciel. Comércio Brasil e China: Uma Relação de Interdependência. 2017. 65f Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – **Instituto de Relações Internacionais**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- LOPES, Fernando. Meta da chinesa COFCO é rastrear toda soja que compra no país até 2023. **Valor Econômico**, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/07/01/meta-da-chinesa-cofco-e-rastrear-toda-a-soja-que-compra-no-pais-ate-2023.ghtml?GLBID=1786f3bbbeef95fd4052ffe717bb45f93566b473056777571364a3273464443527a62533942377132564e56444b4e7a7336553232556c67454146502d6a75654679654c6b764432426b7a626974345a466c5248543478517952353076696f66335538394b56413d3d3a303a7566616e6c78746d7277646965766f7579676b70>> . Acesso em: 07 de outubro de 2020.
- MacDonald, Graham K. ; Brauman, Kate A. ; Sun, Shipeng ; Carlson, Kimberly M. ; Cassidy, Emily S. ; Gerber, James S. ; West, Paul C. / Rethinking agricultural trade relationships in an era of globalization. In: **BioScience**. 2015 ; Vol. 65, No. 3. pp. 275-289.
- MENDES, Lara. Covid-19: China e a exportação agropecuária brasileira. **BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas BRICS**, 2020. Disponível em: <<https://bricspolicycenter.org/covid-19-china-e-a-exportacao-agropecuaria-brasileira/>> . Acesso em: 07 de outubro de 2020.
- MILARE, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. A industrialização chinesa por meio da tríade autonomia-planejamento-controle. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (22), p. 65-98, dez. 2014/jul. 2015.

MORTATTI, Caio Marcos; Miranda, Sílvia Helena Galvão de; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação vecm. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, 2011, pp. 311-355.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 201-218, abril-junho/2010

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. China e Japão no âmbito da economia política internacional. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LUVIZOTTO, Caroline Klaus. Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 54 (2): 5-21 [2011].

OURIQUES, Helton Ricardo. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. **Perspectivas, São Paulo**, v. 45, p. 9-40, jan./jun. 2015.

PUTNAM, Robert David. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

TRENTIN, Diego. Comércio China-Brasil: como aconteceu a aproximação desses países?. **Politize?**, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/comercio-brasil-china-2020/>> . Acesso em: 07 de outubro de 2020.

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; FIGUEIREDO, Eliana Valeria Covolan. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?. **Revista Tempo Do Mundo**, 2(1), 51-81.

WACHHOLZ, Larissa. O agronegócio brasileiro na China em tempos de pandemia. **Carta Brasil-China**, edição 25. Abril, 2020. pp. 19-21.